

Representações do turismo em Lavras Novas: potencial de geração de conflitos ambientais

Ma. Carina Amorim Dutra
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski
Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade de Heidelberg, Alemanha

Resumo

O novo espaço rural brasileiro vem sendo marcado pelas atividades econômicas não agrícolas como forma de geração de renda. Entre elas, ganha ênfase o turismo rural, cuja exploração desordenada causa ao campo impactos ambientais, sociais e culturais diversos. Este trabalho se desenvolve em Lavras Novas, Ouro Preto, Minas Gerais, em um trecho da *Estrada Real* – rota oficial por onde a coroa portuguesa escoava o ouro até o litoral brasileiro, para ser enviado à metrópole –, atualmente uma política pública integrante do Plano Nacional de Turismo. O destaque assumido pelo trajeto atrai grupos urbanos para a exploração do turismo ou interessados na paisagem bucólica dos vilarejos, como possibilidade de vida oposta à vivida nos centros urbanos. Mesclada a esse grupo está a população nativa, com interesses diferentes quanto à atividade e em busca de autonomia frente aos grupos urbanos. Os problemas ambientais gerados pela atividade perpassam a contaminação dos cursos hídricos, lixo nas vias públicas, poluição visual e sonora, etc. Objetivou-se analisar as representações sociais em torno da exploração da atividade turística e o seu poder de geração de conflitos ambientais entre os grupos que dela vivem.

Abstract:

Non-agricultural economic activities set the new rural space in Brazil. Among these activities, rural tourism highlights by its disorderly exploration that causes environmental, social and cultural impacts. The present article comprehends a section of Estrada Real – a official route which was used by Portuguese Royal Family to transport gold from mines to coast –, and nowadays is inserted in the Brazilian tourism national politics. The Estrada Real route is marked by a conflict of interest. Urban groups are attracted to route by the economical exploration of tourism or by the bucolic landscape offered by the villages. By the other side, local population looks for lost autonomy of politic decisions. Were detected river contamination, visual and noise pollutions as impacts of tourism activity. The objective of present article was to verify the impact of lost politic autonomy of local population in the environmental conflicts in Estrada Real.

Recebido 03/2013
Aprovado 06/2013

carinaadutra@yahoo.com.br

klasch@ufmg.br

Introdução

Os debates atuais de conceitos como desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental apontam que as representações sociais em torno da natureza passam a compor de forma diversa o imaginário social dos indivíduos. No presente contexto, a importância da conscientização e da proteção dos recursos naturais ganha cada vez mais visibilidade, principalmente nos meios de comunicação. Ser ecologicamente correto se tornou um modismo reproduzido nos mais diversos discursos, embora isso nem sempre se reflita efetivamente em ações. Na sociedade capitalista, as representações sociais referentes à natureza ou ao Meio Ambiente vêm sendo continuamente apropriadas por grupos empresariais que objetivam criar um diferencial de mercado para determinados produtos. Essa tendência pode ser observada também no campo do turismo, que atualmente tem assumido os rótulos de ecológico, rural, cultural, adjetivos que o legitimam no campo das representações sociais como atividade econômica sustentável. O modismo ecológico que tem contaminado muitas esferas da economia serve à atividade turística como uma nova possibilidade de exploração econômica da natureza, transformando-a em uma mercadoria como qualquer outra (CARLOS, 1996). À natureza são atribuídas novas conotações que por um lado projetam uma representação social do espaço natural como lúdico, calmo e belo e, por outro, surgem como uma nova possibilidade de exploração dos recursos naturais no meio rural. Nesse contexto, o rural aparece no imaginário social como espaço do encontro com a natureza, sinônimo de natural, de tranquilidade, de beleza. O turismo rural torna-se, então, um meio de promover o desenvolvimento rural, sendo uma atividade promovida e incentivada pelo Estado em várias instâncias.

Contudo, o turismo provoca mudanças no espaço rural, promovendo alterações nas fronteiras entre as atividades agrícolas e não agrícolas. Observa-se, então, a emergência de uma nova noção de rural, bastante desvinculada das características antes a ele associadas (SOARES, 2007). Essa reconfiguração espacial é produzida pela presença de novos agentes econômicos, como empresários do ramo hoteleiro e de alimentação, assim como dos próprios turistas, com características culturais e socioeconômicas marcadamente distintas das comunidades nas quais se instalam. A materialização dessas diferenças acaba por gerar situações conflituosas nas comunidades receptoras do turismo. Isto se explica uma vez que os grupos denominados por Soares (2007) como “neo-rurais” modificam a territorialidade local, devido à posse diferenciada de capital social, nos termos defendidos por Bourdieu (2008). Entre eles se destacam, além do capital financeiro disponível, o nível da formação e os capitais específicos, como, entre outros, a capacidade de articulação e negociação, o conhecimento das visões sobre o rural e a natureza de determinados grupos de turistas urbanos, assim como as exigências dos mesmos em relação aos serviços e à infraestrutura oferecidos nos estabelecimentos turísticos. Esse diferencial de capital social do grupo dos empresários em relação aos moradores locais marca a posição na hierarquia no campo do poder em torno das políticas para o turismo rural. Isto se reflete sobretudo na sua maior facilidade do diálogo, devido ao seu reconhecimento (prestígio) pelas instâncias do Estado, que, de modo geral, compartilham as representações sociais sobre o turismo e a natureza, as quais se refletem, por sua vez, nas políticas públicas que exploram a atividade como meio de intensificar o desenvolvimento rural. Assim, tal imaginário enxerga a natureza como recurso para o turismo e se configura em um determinante para a regulação do espaço rural. Consequentemente, o turismo rural, enquanto política pública baseada nas representações sociais do Estado, se choca com outros imaginários sociais sobre o mesmo recorte espacial, aqueles das comunidades nativas.

Trata-se, portanto, do embate entre formas diferenciadas de apropriação simbólica do espaço, que envolvem distintos usos e apropriações da natureza. Essa situação conflituosa revela as contradições que colocam em discussão as próprias noções de turismo sustentável ou ecologicamente correto. Este é o ponto de partida deste trabalho, que objetiva verificar as representações sociais dos diversos grupos que dependem direta ou indiretamente da atividade turística no distrito de Lavras Novas, em Ouro Preto, Minas Gerais, uma comunidade rural “descoberta” pelo turismo. Pretende-se, portanto, analisar a atividade turística nessa comunidade, como pano de fundo para a discussão dos conflitos ambientais gerados pela exploração do turismo como política pública.

Lavras Novas: o acordar da adormecida num mundo de incertezas

O distrito de Lavras Novas encontra-se localizado no circuito da Estrada Real, um dos grandes programas de incentivo ao turismo promovidos pelo Estado de Minas Gerais, em parceria com o governo nacional. O Programa Estrada Real faz parte da regionalização de uma política pública em âmbito nacional de incentivo ao turismo, o Programa Nacional de Turismo (ASSIS, 2006). Esse programa tem como objetivo promover o turismo ecológico, histórico, cultural, etc., ao longo da rota pela qual era realizado o escoamento do ouro nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro durante o período colonial. O trajeto é valorizado pela associação de história e belezas naturais, que, juntos, têm atraído grande número de visitantes. Em Minas Gerais, essa parceria entre recursos naturais e culturais é um dos grandes projetos voltados para a melhoria das condições de vida no campo.

No distrito de Lavras Novas, a atividade turística teve início na década de 1980, quando os visitantes foram atraídos pelas belezas naturais e pelas tradições locais. O lugar se manteve isolado por algum tempo, dadas as dificuldades de acesso e até mesmo de deslocamento da população. Nessa época, os moradores do Distrito viviam do artesanato, da agricultura e do trabalho em indústrias localizadas na cidade de Ouro Preto. A partir dos anos 1990, a atividade turística se expandiu e Lavras Novas passou a receber números cada vez maiores de turistas. Desde então, as atividades agrícolas foram perdendo espaço e as não agrícolas, desenvolvidas em torno do turismo, despontaram como principal fonte de emprego e renda. Em consequência do contato entre grupos diversos propiciado pela atividade, os habitantes do local, hoje, se encontram cada vez mais mesclados a uma população oriunda de grandes centros urbanos, que tem se deslocado para Lavras Novas.

A promoção do turismo no distrito acarretou importantes transformações espaciais, através da ampliação da infraestrutura necessária para atender aos visitantes, frequentemente estimulada pelo poder econômico dos agentes “de fora”. Essa situação cria um potencial de tensões entre a população nativa e os novos atores sociais, em função da interferência desses agentes no contexto socioterritorial local. Esses conflitos se encontram diluídos em alguns pontos de discussão, como o tombamento do distrito como patrimônio municipal, a construção de um estacionamento fora de Lavras Novas para evitar circulação de carros na parte central do Distrito, a escolha das músicas que devem ser ouvidas em eventos, etc. Mas as situações de potenciais conflitos não param por aí, também a relação com as ações do Estado na promoção do turismo se mostrou conflituosa, já que a atividade é explorada, mas sem oferecer ao espaço os cuidados necessários em termos de infraestrutura.

Com base nessa conjuntura, o foco deste estudo são as representações sociais compartilhadas ou não pelos grupos sociais que interagem direta ou indiretamente com a atividade turística em Lavras

Novas, quanto às transformações ocorridas no espaço local. Buscou-se levantar os grupos de representações sociais que têm se apropriado do meio rural, considerando, inclusive, o entendimento do poder público de como deve ser o uso e apropriação do espaço. Focalizaram-se, sobretudo, as representações de natureza assumidas por diferentes projetos de vida, para apontar o que fundamenta as ações dos indivíduos e dos grupos sociais nas situações de conflitos ambientais latentes ou mesmo manifestos em torno da atividade turística. Para tanto, foi necessário averiguar a movimentação política, econômica, social e cultural que está em jogo na configuração de forças no Distrito, assim como buscar pelos atores nela envolvidos. Portanto, buscou-se entender como se desenrola a luta dos sujeitos por tornar as suas representações sociais dominantes no espaço e, ainda, como se elas refletem na produção do território no Distrito, definindo o seu futuro.

Visões de mundo e conflitos ambientais: caminhos para a compreensão

A ideia de buscar a compreensão qualitativa de conflitos através da análise das representações sociais baseia-se em abordagens teóricas que procuram esclarecer as conexões entre o ideal e o material, que, por sua vez, se refletem nas relações socioespaciais, entre elas aquela que envolve a(s) sociedade(s) e natureza. Lefèbvre (1994) levantou a hipótese de ser o espaço um constructo social e político, produto de representações e visões específicas dos seus idealizadores. Os conflitos sociais, entretanto, surgem quando o espaço concebido, baseado em representações sociais dominantes, está sendo transferido para o espaço concreto, isto é, para a esfera do vivido. Isso porque, segundo o autor, no espaço concreto, tais concepções enfrentam formas de vida já estabelecidas, assim como relações socioespaciais baseadas no entendimento de mundo de outros grupos sociais, o que frequentemente gera contradições. Em consequência, um dos grupos envolvidos acaba por se ver obrigado a abrir mão das suas formas de uso e apropriação do espaço, afetando a sua produção e reprodução social. Como resultado, observa-se o desenrolar de tensões ou situações conflitivas. Isso se torna mais claro na observação da ação do próprio Estado quando este lança mão do seu aparato legal na construção e aplicação de determinadas políticas voltadas para o desenvolvimento rural. Portanto, quando o assunto é a reapropriação do espaço por meio de políticas públicas, tornam-se muito importantes o estudo e o entendimento da vida social já estabelecida nos territórios alvo da política. Isso porque é do conhecimento dos diversos olhares que se voltam para um mesmo espaço de desejo e, por conseguinte, da disputa por esse recorte espacial que se pode pensar em formas de construção socioespaciais mais pacíficas e que tentem acolher, se não a todos, pelo menos a maioria dos interessados.

Numa forma semelhante à apresentada por Lefebvre, Acsehrad (2004) defende a impossibilidade de separação entre Sociedade e o Meio Ambiente, entendidos como partes de um mesmo processo, por ser o mundo natural socializado e dotado de significados. Os elementos que compõem o Meio Ambiente não são redutíveis a meras quantidades de matéria; trata-se de construções culturais que são, portanto, históricas. As práticas sociais interagem com o Meio Ambiente. Sendo assim, a sociedade está relacionada tanto aos elementos sociais como aos elementos naturais, o que torna equivocadas as análises que separam a sociedade da natureza. Se se entende que a natureza é apropriada socialmente, o Meio Ambiente deve ser compreendido também como um elemento de contestação e geração de conflitos, por se tratar de um espaço comum de recursos no qual estão envoltos sentidos socioculturais e interesses diversificados (ACSELRAD, 2005). Portanto, em um

mesmo espaço estão embutidos ao mesmo tempo valores materiais e simbólicos, que orientam diferentes visões de mundo sobre como deve ser o uso e a ocupação espacial. Assim, surgem formas sociais diferenciadas de apropriação do espaço (ACSELRAD, 2004).

Logo, torna-se de clara relevância o estudo dos imaginários sociais dos grupos, para assim entender as experiências que eles colocam em prática na análise de conflitos que se desenrolam em torno do espaço, do território e do Meio Ambiente. Verifica-se nesse ponto a possibilidade de diálogo com a Teoria das Representações Sociais, para a qual as representações são ideias construídas socialmente, que servem de base para a interpretação do real; construções que sustentam as concepções da realidade entre os grupos, bem como o conjunto das relações sociais, ou seja, a organização social dos mesmos (MOSCOVICI, 2001). Na concepção de Moscovici, as representações sociais são um corpo conceitual que tem como base as explicações originadas da vivência cotidiana no processo comunicativo. A preocupação do autor se assenta sobre as transformações, bem como sobre as permanências na vida social, isto é, o que se transforma e o que permanece em termos de ações sociais em uma sociedade e, para tanto, esse teórico considera centrais as indagações sobre a movimentação dos grupos e dos indivíduos.

Da mesma forma, Jodelet (2001) entende que as representações sociais são formas de conhecimento social que orientam os comportamentos diante dos diferentes aspectos da realidade. Segundo a autora, esse conhecimento é construído na base diária da vida em comum e serve para que seja possível elaborar uma imagem a respeito do real, para que os grupos possam se posicionar frente a ele. As representações acabam por construir uma visão consensual de mundo, já que são partilhadas pelos grupos na sua vivência diária, mas ao mesmo tempo podem configurar conflitos quando projetos distintos de significação estão em disputa. Logo, trata-se de categorias que precisam ser analisadas dentro do contexto social no qual estão inseridas, o que demonstra a necessidade de se apreender como os indivíduos constroem suas bases simbólicas e o seu imaginário, fundamentados na sua inserção cultural e socioeconômica, bem como de entender a forma como interagem sujeito e Sociedade para a construção da realidade (JODELET, 2001). Nesse sentido, importa definir o lugar do qual se fala, assim como os atores sociais envolvidos. Para Chartier (1990), as representações podem ser pensadas como esquemas intelectuais, que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. Constituem-se dessa forma, enquanto matrizes de discursos e práticas diferenciadas que orientam os atos, ao permitirem conciliar imagens mentais com esquemas interiorizados de categorias incorporadas, as quais, por conseguinte, geram e estruturam as representações. Entende-se aqui que, durante o processo de reprodução social, o homem cria códigos que tornam inteligíveis os elementos do mundo à sua volta. Cada sociedade, com base em elementos simbólicos e culturais, constrói formas próprias de significação e de uso e apropriação do espaço. Assim, é no imaginário social que se expressam as expectativas e as aspirações sociais latentes, constituindo um lugar de conflito entre a ideologia dominante e as forças que se sobrepõem aos dominados (BAZCO, 1984). Dessa forma, as representações sociais de um território resultam em conflitos justamente em função das construções imaginárias distintas sobre o uso e ocupação desse espaço.

Acsehrad (2004) assevera que os conflitos ambientais se desenrolam quando pelo menos um dos grupos envolvidos tem sua reprodução ameaçada por impactos indesejáveis tanto no solo, na água, no ar ou nos sistemas vivos, decorrentes da prática de outros grupos sociais. Para o autor, esses

conflitos se dão em unidades territoriais onde se compartilha um conjunto de atividades como um “acordo simbiótico”. O rompimento desse acordo, vindo a causar efeitos indesejáveis a um ou mais grupos que compartilham da vivência no lugar, devido às práticas de outros agentes, pode ser um fator gerador de conflitos.

Da mesma forma, autores como Zhouri e Laschefski (2010) defendem que os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de utilização técnica, social e cultural do mundo material. Porém, segundo os autores, os conflitos ambientais nem sempre estão vinculados a uma territorialidade, como sugere Acselrad. Para Zhouri e Laschefski, é preciso diferenciar as situações conflituosas, já que nem todas as disputas têm o mesmo pano de fundo. Assim, os autores classificaram os conflitos em três categorias: distributivos, espaciais e territoriais. Os distributivos são aqueles que se desenvolvem em torno do acesso desigual às riquezas abstratas produzidas através de recursos naturais. Tais conflitos são os que de fato dominam os debates internacionais sobre a produção, o consumo e a distribuição injusta dos produtos do capitalismo. Os conflitos ambientais espaciais são aqueles que afetam a qualidade de vida de um grupo, mas cuja solução pode ser alcançada através de técnicas que evitem ou minimizem o problema. Como exemplo desses conflitos, pode-se citar as emissões líquidas e gasosas no ar, nos rios, no solo, etc. Em ambos os casos, a origem dos conflitos pode, mas não necessariamente está vinculada a representações sociais distintas sobre o meio ambiente ou sobre o território. Desta forma, os autores destacam que são os conflitos ambientais territoriais oriundos de diferentes formas da apropriação simbólica e material do espaço aqueles que levam a conflitos sociais *stricto sensu*. Isso porque provocam interferências nas relações socioespaciais, acarretando algum tipo de mudança social nas formas de produção e reprodução de pelo menos um dos grupos envolvidos. A título de exemplo, é possível citar a introdução da moderna mecanização da agricultura em espaços onde grupos tradicionais usam o seu território em ritmos de regeneração do meio natural que são totalmente diferentes dos ritmos da agricultura industrializada. Assim, não se modifica apenas a forma técnica de exploração da agricultura; essa situação afeta a socialização do grupo e seus princípios de reciprocidade e coletividade, pois torna preciso uma adaptação à lógica do mercado e da competitividade. A reprodução do sistema capitalista é altamente dependente de insumos externos, que precisam ser adquiridos com o lucro da produção a ser reinvestido para recriar as condições para o novo plantio. A nova dependência de mercados externos implica, assim, mudanças nas relações sociais e nas formas da apropriação do meio. Em decorrência, o território em disputa perde o seu sentido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo. Isso explica o porquê do uso dos recursos naturais, baseado nas visões das populações rurais, muitas vezes a se chocar com a representação social de natureza do setor privado e do próprio Estado e suas propostas de desenvolvimento agrário ou rural.

Uma das hipóteses deste trabalho é que a descoberta do turismo como elemento chave em estratégias para promover o desenvolvimento rural sustentável tem potencial de induzir a processos semelhantes. Cabe aqui lembrar que o Estado Nacional – e seus níveis subnacionais – sempre esteve à frente de todas as propostas de promoção do desenvolvimento rural, sendo o seu agente principal (NAVARRO, 2001). Os projetos e as ações governamentais para as políticas públicas de desenvolvimento rural apresentam estratégias preestabelecidas, metas definidas, metodologias de implementação, lógicas operacionais, entre outras características, as quais, por sua vez, são baseadas nas representações sociais de grupos dominantes que influenciam os referidos órgãos do Estado.

Assim sendo, é preciso considerar que, devido à fragmentação do Estado, esse processo não acontece de forma homogênea, pois as instituições estão sujeitas a influências diferenciadas que se refletem em compromissos e contradições nas políticas públicas.

O fato é que a representação do turismo rural como gerador de emprego e renda, e ao mesmo tempo como meio de agregar valor à natureza, possibilitando a sua exploração sem destruí-la, permeia os atuais conceitos do desenvolvimento rural sustentável. No meio acadêmico, isso se reflete no conceito do Novo Rural, que destaca a importância de atividades não agrícolas e da pluriatividade para a inserção social da população rural (SOARES, 2009). Tal conceito tem o seu respaldo nas políticas recentes para a área rural, como na própria PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) e em documentos elaborados pelo MTUR (Ministério do Turismo), por exemplo. O turismo rural está inclusive entre as redes temáticas da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) acerca da importância das atividades não agrícolas na composição da renda no campo. Assim, no caso do turismo, “ressalta-se a sua (...) capacidade de geração de emprego e renda, agregação de valor à produção agrícola ou artesanal, preservação do meio ambiente e valorização das culturas locais” (BRASIL, 2007). Na visão do MTUR, o turismo representa “o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, s/d, p. 49). Assim, na interpretação do MTUR, o turismo é “uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental (...)” (BRASIL, 2003). Observa-se aí, no entendimento do poder público, uma união perfeita entre turismo e geração de emprego e renda, de forma dita sustentável, para o meio rural.

A chegada dos neorurais a Lavras Novas

A apropriação de Lavras Novas por variados grupos neorurais já é uma realidade. Tal fato está expresso na transformação do espaço geográfico, agora marcado pela presença de várias novas pousadas construídas na última década. Embora o turismo tenha surgido como uma atividade informal desenvolvida pelos moradores locais, que começaram a alugar quartos para visitantes, a maior parte dos meios de hospedagens hoje pertence aos “de fora”. Essas pessoas, oriundas de grandes centros urbanos, como São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, buscam em Lavras Novas ora uma vida tranquila, descobrindo o turismo como fonte de renda, ora bons investimentos, com a exploração do potencial turístico da região. Juntamente com esses novos agentes na vida social local, modificaram-se também as atividades de lazer, através da promoção de esportes radicais, passeios de quadriciclos e de jipes, oferecimento de tratamento para a saúde física e espiritual e ainda tratamentos de beleza, com massagens, banhos orientais, etc. Enquanto inicialmente o turismo era promovido pela população local e posteriormente também por turistas que procuram conhecer a vida numa comunidade rural e a sua natureza “intocada”, existe hoje a tendência de ampliar as ofertas de serviços e a referida infraestrutura, para atrair novos grupos de turistas, com interesses diferenciados.

Em consequência, Lavras Novas convive diariamente com uma diversidade de agrupamentos sociais. O turismo tem atraído pessoas de diversas partes do país e mesmo de outros países, tanto interessados nos potenciais ecoturísticos do lugar e nas tradições locais como forma de lazer, quanto no retorno financeiro que essas atividades promovem. Entre eles, existem divergências claras quanto

aos elementos culturais e às condições socioeconômicas. As diferenças de capitais acumulados pelos grupos que se apropriam do turismo refletem formas distintas de apropriação do meio natural no distrito. As diferentes motivações para atuar nesse Distrito têm o seu respaldo em visões distintas sobre o território e seus atributos ecológicos, culturais e sociais. Esta situação indica a possibilidade de surgimento de contestação das representações pelos atores envolvidos, tanto em termos materiais quanto simbólicos. Além disso, a posse de diferentes capitais sociais (na leitura de Bourdieu [2008]; vide acima) e as novas propostas de exploração da natureza apontam para um potencial latente de conflitos ambientais, em função de relações de poder expressas pelas representações sociais na disputa pelo domínio da organização socioespacial no Distrito.

Com o ir e vir dos turistas em Lavras Novas, ocorrem não somente trocas econômicas, como também transitam expressões de diferentes saberes culturais, modos de vida e de entendimento do real. A população nativa experimenta, assim, novas lentes para a leitura do mundo. Além das transformações culturais, com a exploração desmedida do turismo, o local passa a enfrentar também problemas ambientais, como a poluição, o barulho, a falta de alguns serviços sanitários, a ocupação desordenada dos ambientes, o aumento do lixo deixado nas vias públicas, a contaminação dos rios, etc. Tais impactos indesejáveis são fatores que podem acabar deflagrando conflitos entre os atores do setor privado, que exploram o turismo, e a população nativa, que passa a sofrer com esses danos. As contradições colocam em cheque as políticas para promover o turismo como elemento do desenvolvimento rural sustentável, que configura, de certa forma, uma representação social do Estado.

As representações sociais de cada grupo que se apropria do campo social do turismo em Lavras Novas estão ancoradas em diferentes modos de vida, que irão, por sua vez, orientar práticas distintas no espaço geográfico. Como bem aponta Zhouri (2007, p. 2), “o mundo material é entrecortado por sujeitos sociais que elaboram projetos distintos de uso e significação do espaço, seja ele rural ou urbano”, o que remete à necessidade de entendimento de que diferentes racionalidades estão presentes em um mesmo espaço. É nesse sentido que Viégas (2009) defende que os discursos partem de posições diferenciadas do espaço social¹, no qual sujeitos politicamente constituídos buscam cada qual legitimar socialmente as próprias representações de meio ambiente. O que interessa, portanto, é entender como as relações de poder em torno das lutas entre representações sociais distintas determinam as formas de organização social do espaço. No caso de Lavras Novas, a diversificação de agrupamentos incentivada pelo turismo numa comunidade rural favorece as disputas entre diferentes projetos de significação do espaço.

Procedimentos metodológicos

Como este trabalho pretende elucidar a natureza das tensões ambientais a partir das representações sociais dos atores envolvidos na exploração da atividade turística em Lavras Novas, optou-se por um método de pesquisa de cunho qualitativo. As categorias conceituais adotadas para responder teoricamente aos questionamentos desta pesquisa foram: representações sociais em torno da atividade do turismo, território e conflitos ambientais. Para a obtenção de dados em campo, optou-se pelo uso de entrevistas semiestruturadas. Os levantamentos de campo ocorreram nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2011. Foram identificados em Lavras Novas sete grupos sociais interessados direta ou indiretamente na exploração da atividade: 1) população local composta por proprietários de pousadas, bares, lojas e restaurantes; 2) população local composta por não

¹ Espaço social é entendido por Bourdieu (2008) como sendo um espaço de forças no interior do qual os agentes sociais se definem pela sua posição relativa.

proprietários de pousadas, bares, lojas e restaurantes; 3) os proprietários das pousadas “de fora”; 4) os proprietários de bares, restaurantes e comércio “de fora”; 5) os turistas; 6) as autoridades distritais, sendo elas a Associação dos Moradores de Lavras Novas e a Mesa Administrativa da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres e 7) as autoridades do poder público municipal, representado pelo secretário de turismo e cultura, pelo secretário de meio ambiente e pelo vereador Flávio Andrade.

O total de entrevistados somou cinquenta e três pessoas, sendo vinte nativos, cinco proprietários de estabelecimentos comerciais – consideramos nessa categoria bares, restaurantes, lojas de artesanato e estabelecimentos que prestam serviços de passeios turísticos –, seis donos e/ou gerentes de pousadas, dezesseis turistas, o presidente da mesa administrativa da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Lavras Novas, a presidente da Associação de Moradores do Distrito, o secretário de turismo e cultura, o secretário de meio ambiente e o vereador Flávio Andrade, proponente da lei que elevou Lavras Novas à condição de distrito.

A natureza dos “de fora”, o ambiente dos “de dentro”: representações sociais conflitivas

A existência de tensões em Lavras Novas quanto à exploração do turismo já foi indiretamente constatada em trabalhos anteriores no distrito (ALMASSY Jr., 2004; CHAVES, 2004; CORDEIRO, 2008). Nos estudos mencionados, os conflitos aparecem como apontamentos indiretos, uma vez que tais trabalhos não tinham como foco o levantamento das contendas existentes em Lavras Novas.

Como esperado, as entrevistas apontam que as visões de mundo que orientam as ações sobre o espaço local diferem entre os grupos sociais que se apropriam da exploração do turismo como atividade econômica e aqueles que dela não fazem uso, mas acabam sofrendo com os impactos gerados. Nem mesmo entre os moradores nativos as representações em torno do turismo são consensuais, o que indica uma quebra no equilíbrio social na comunidade. Para muitos, a exploração do turismo é importante por ser fonte de emprego e renda para os moradores. Já outros se sentem afetados pelas transformações acarretadas ao espaço local. Assim, barulho, lixo, falta de água e energia elétrica, aumento de pessoas estranhas transitando diariamente pelo distrito, falta de segurança, etc. são elementos que surgem na fala dos moradores nativos que se sentem incomodados pelo turismo, sobretudo os idosos. Percebeu-se nesse grupo uma ligação sentimental com o passado. Ao tomarem consciência do tempo presente, aparece nas respostas um saudosismo quando buscam na memória lembranças do lugar como era durante a infância. Verifica-se que esse processo de valorização se dá pela perda das características que marcaram a construção da identidade dessas pessoas.

Quanto às representações sociais em torno do turismo, encontraram-se indícios de tensões veladas entre os grupos de nativos e empresários. De acordo com um dos nativos entrevistados, “a cidade aqui hoje tá servindo é de isca pras pousadas ganhar dinheiro (...) aqui a gente não pode mexer. (...) Até pra trocar uma janela tem que pedir. Porque eles querem é isso pra eles poderem ganhar dinheiro” (Nativo C, entrevistado em 15/10/2011). De acordo com a fala de um empresário “de fora” quanto à relação entre os nativos e os empresários, atualmente “existe um meio-termo, uma situação tolerável onde um tá tolerando o outro” (Proprietário de pousada D, entrevistado em 17/12/2011), em função das necessidades de ambas as partes quanto à exploração do turismo no distrito. A população local precisa de trabalho e as pousadas, bares e restaurantes precisam de mão de obra. Existe, por assim dizer, um acordo social entre as partes.

Nos apontamentos da presidente da Associação de Moradores, essa tensão tem levado a população local a buscar um maior controle sobre o seu território, a partir da criação de determinadas regras no intuito de obter maior autonomia sobre o Distrito. Atualmente, regras para a aquisição de bens vêm sendo criadas pela Mesa Administrativa da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, um conselho local centenário, criado para administrar os bens da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres². Tais regras objetivam diminuir o acesso dos “de fora” a novas terras em Lavras Novas. Atualmente, a venda de lotes precisa passar pelo aval da Mesa Administrativa, que somente permite a venda para os chamados irmãos da comunidade. A justificativa para esse procedimento é o crescimento desordenado do turismo e os problemas dele decorrentes, como a falta de água e luz e, ainda, a perda do controle territorial dos nativos para os grupos sociais “de fora”. O objetivo dessas novas medidas é evitar a construção de mais pousadas. Trata-se, portanto, de uma articulação entre os moradores nativos, ou seja, de uma rede de cooperação em que esses atores tentam recuperar a governança do seu território diante das alterações visíveis.

Outro aspecto percebido é que em Lavras Novas a população nativa não explora as belezas naturais para o turismo da mesma forma que os chamados “de fora”. Isso tem algumas razões. Primeiramente, os moradores nativos não têm o capital econômico para os investimentos necessários para a ampliação das possibilidades de exploração turística. Em segundo lugar, os “de fora” trazem consigo ideias empreendedoras respaldadas em novas concepções de uso das belezas ecológicas, que vão além da visita às cachoeiras e da locação de imóveis. Como exemplos dessas atividades de lazer, podemos citar os passeios de quadriciclos e jipes, individuais ou em grupo, motocross, trilhas, rapel, entre alguns outros esportes radicais. Por último, as pousadas estabelecidas pelos neorurais são cada vez mais luxuosas e melhor equipadas, de forma que o turista urbano encontre o conforto possuído na sua própria casa. A situação é muito diferente daquela dos moradores nativos que exploram o turismo por meio do aluguel de quartos, alguns deles nas suas próprias casas, ou em suítes construídas desordenadamente nos quintais ou, ainda, em casos mais raros, por meio do aluguel de chalés. Apenas em algumas poucas exceções os habitantes nativos são proprietários de pequenas pousadas. Das cerca de quarenta pousadas identificadas, conseguiu-se identificar quatro nativos proprietários. Desta forma, grande parte do lucro gerado pelo turismo é oriunda das atividades exercidas pelos agentes “de fora” e, portanto, não compõe a realidade da maioria dos moradores do Distrito, configurando-se, assim, em uma atividade concentradora de renda. Essa situação contradiz a proposição das políticas públicas para estimular o desenvolvimento local através do turismo. A atividade é responsável pela construção de uma nova organização socioespacial que atrai novos grupos sociais para o campo, os quais usufruem mais fortemente dos benefícios dessa nova oportunidade econômica.

Em Lavras Novas, pôde-se verificar três grupos centrais de representações em relação ao meio natural. Primeiramente, a natureza surge ligada a uma visão intelectualizada que distancia o homem dos recursos naturais. Essa visão surge principalmente entre grupos de turistas e alguns proprietários de pousadas. Aqui, a natureza aparece muito próxima do intocável (DIEGUES, 1996), do espaço que precisa ser protegido da ação desastrosa do ser humano. Também nessa classe identificaram-se discursos que apontam para a ideia de uma natureza provedora ou mesmo de natureza-mãe. Em um segundo grupo de representações, o meio natural desponta como espaço a ser preservado pela importância que assume para o turismo, o que também aparece nos discursos dos turistas e dos

² Em Lavras Novas, a grande maioria das terras é de propriedade da Igreja, a qual foi a doadora das terras para a construção das casas dos moradores do distrito, os chamados “irmãos da comunidade”. Estes são aqueles que nasceram em Lavras Novas e que têm participação ativa nos eventos da Igreja. Também os “de fora” podem vir a se tornar irmãos se atendidos determinados critérios, como a vivência por cerca de 20 anos no distrito e a participação ativa nas ações da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres.

empresários locais. Aqui, a natureza é um recurso, já que é em busca do contato com o meio natural que muitos turistas procuram o Distrito. Assim, natureza e Lavras Novas aparecem fortemente associadas, despontando como possibilidade de geração de lucros. No terceiro grupo de representações identificadas, ancoram-se elementos da vida diária. Nesse grupo estão as representações sociais, principalmente da população nativa, em meio à qual se verificou a identificação da natureza como fonte de sobrevivência. Aqui, a geração de renda tem uma conotação diferente, dado que o objetivo não é a acumulação, como para os empresários do ramo hoteleiro e da alimentação, mas sim a subsistência. A natureza surge ainda fortemente ligada a experiências anteriores da vida social, como a lavoura e a panha de lenha. Essas representações aparecem de forma mais clara na tabela apresentada logo abaixo. Embora se tenha optado por classificar as representações sobre a natureza em três grandes grupos, é importante mencionar que nem sempre esses elementos aparecem isolados, por vezes eles aparecem conjugados.

Percebe-se em Lavras Novas a configuração de territórios que expressam a diferença de poder entre os grupos no distrito. O principal foco de tensões perceptível nas representações sociais dos grupos foi identificado entre a população nativa e os empresários do ramo hoteleiro. Isso porque, embora o turismo seja uma política pública, é o setor privado quem mais colhe os frutos. No caso de Lavras Novas, o conflito se dá em função da apropriação diferenciada dos frutos da atividade turística. Tal situação se reflete na menor participação dos nativos no capital que circula em Lavras Novas, já que um grupo, detentor das representações dominantes, se apropria da maior parte da renda gerada pelo turismo. Em torno dessa tensão, foi possível mapear contendas envolvendo a prefeitura de Ouro Preto, criticada pelo seu descaso em relação a Lavras Novas, tanto por parte dos nativos quanto entre os empresários. Entre os tópicos mais salientes nas entrevistas, pôde-se observar o descontentamento em torno da infraestrutura como uma tensão generalizada entre os grupos e o poder público. As reclamações concernentes às condições da estrada que dá acesso ao distrito e à qualidade da água sempre traziam ao imaginário dos entrevistados os vocábulos “*desleixo*”, “*pouco caso*”, “*falta de atenção*” por parte da prefeitura. A contaminação da água pelo esgoto sanitário proveniente das casas e pousadas é outro dos pontos centrais da tensão.

A questão ambiental se mostrou também bastante conflituosa ao colocar em choque representações distintas da natureza. Aqui, tem-se mais uma vez um conflito entre população nativa e empresários e ainda entre estes grupos e a prefeitura de Ouro Preto. Grupos de turistas e mesmo comerciantes que se mudaram para o distrito em busca do contato com o meio natural entram em conflito com os demais empresários, em função do descaso com as questões ambientais na exploração da atividade. Em uma das entrevistas, uma comerciante “de fora” mencionou que o turismo vem trazendo sérios problemas ambientais para Lavras Novas. De acordo com ela, “o turismo traz renda, mas o negativo é que tá depredando os monumentos, mesmo as cachoeiras, as estradas, tem muito motocross, essas coisas, jipeiros, essa parte detona, acaba destruindo, lixo que fica também” (Comerciante D, entrevistada em 15/10/2011). O que se apreende dessa situação é que está em andamento um processo contraditório de reconfiguração do espaço local. Por um lado, o turismo que valoriza os atrativos naturais levou os moradores nativos a mudarem a sua visão sobre a necessidade de maiores cuidados com a natureza. Por outro, percebe-se que são justamente os impactos ambientais oriundos da maior movimentação de visitantes um ponto de ameaça às bases econômicas do próprio turismo.

De uma forma geral, os grupos sociais se mostraram convictos da importância da preservação das paisagens naturais para a atração dos turistas. Nesse ponto identifica-se outro conflito entre grupos

de nativos e não nativos e entre esses grupos e o poder público local, uma vez que a prefeitura de Ouro Preto foi constantemente questionada por não ter assumido suas responsabilidades enquanto promotora do desenvolvimento rural em Lavras Novas. Embora a atividade venha crescendo nos últimos anos, como apontou a Secretaria de Turismo e Cultura de Ouro Preto, esse crescimento não veio acompanhado da infraestrutura necessária para receber os turistas, como, por exemplo, um sistema viário bem construído, saneamento básico eficiente, coleta e tratamento de lixo, entre outros itens. Em outra entrevista, uma turista que se mudou para Lavras Novas chegou a falar sobre a falta de “carinho” da prefeitura, que, do seu ponto de vista, não remete o cuidado necessário ao Distrito. Diante dessa situação de descaso apregoada à prefeitura, alguns dos turistas entrevistados chegaram a defender a separação do distrito de Lavras Novas do município de Ouro Preto.

Outro ponto de discordância entre o grupo de nativos e o empresariado local está no perfil do turista que deve ser incentivado a visitar Lavras Novas. Percebeu-se que existe no Distrito um espaço reinventado, criado para atender aos interesses do turismo, que vem excluindo a diversidade da memória social de outras identidades culturais que não aquelas eleitas como uma imagem positiva para atrair o turista de maior poder aquisitivo. Identificou-se, assim, como ponto de conflito surgido da apropriação simbólica do espaço, a fragmentação do distrito em a “Lavras Novas para o ‘de fora’” e a “Lavras Novas para o nativo”, o que configura duas territorialidades diferentes. Por um lado, tem-se a construção imagética que torna Lavras Novas um simulacro que atenda aos fetiches dos turistas. Por outro lado, essas representações não condizem com um turismo mais popular, do qual vivem os nativos. O turismo aqui chamado de popular se assenta em bases diferentes do turismo mais elitizado, defendido pelas grandes pousadas. Enquanto o turismo elitizado busca vincular Lavras Novas a uma imagem que envolva tranquilidade, ambiente lúdico, contato com a cultura local, distanciamento dos grandes centros urbanos, o turismo mais popular explora outros elementos. Em geral esse turista se hospeda nas suítes alugadas pelos moradores nativos. Esse grupo em geral promove encontros em plena rua, onde se faz churrasco e se distribui bebida, imagem muito criticada pelos defensores de um turismo mais elitizado. Os empresários locais criticam ainda os estilos musicais escutados por esse grupo de turistas, defendendo serem esses ritmos pouco apropriados para o local. A esse turista, os empresários “de fora” atribuem o aumento do lixo nas vias públicas e nas cachoeiras, o barulho, a bagunça e, assim, segundo eles, a perda das características que atraem os “bons” turistas. Nesse caso, o bom turista é aquele que tem poder aquisitivo alto, que gera lucro para as pousadas, mas que não participa da renda dos moradores nativos. Assim, o turista que faz “churrasquinho na rua”, que aluga um “quartinho”, que escuta *Axé Music e Funk* não interessa, portanto, aos grandes empresários locais. Para um dos empresários entrevistados, “Esse tipo de turista que vem pra cá, eles trazem o meio dele junto, o carro de som (...), a baderna, o barulho” (Comerciante C, entrevistado em 15/10/2011). Os nativos, contudo, se sentem diretamente afetados por essa “imagem” construída para Lavras Novas. Segundo um nativo, “(...) aqui em Lavras Novas tudo é pra turista” (Nativo D, entrevistado em 15/10/2011). No imaginário social desse nativo, o ambiente em Lavras Novas é construído para atender aos interesses dos turistas que visitam as luxuosas pousadas existentes no distrito, enquanto a população de Lavras Novas se sente excluída em seu próprio território.

A seguir segue uma tabela (Fig. 1) onde se procurou resumir as representações sociais dos grupos com relação a determinados pontos que podem ser causadores de conflitos.

Figura 1

Representações sociais sobre questões ambientais e o turismo em Lavras Novas

Representação social	Moradores nativos diretamente envolvidos no turismo	Moradores nativos sem envolvimento direto no turismo	Empresários em geral	Turistas	Poder público local	Mesa Administrativa da Matriz de Nossa Senhora dos Prezeres	Associação de moradores
Distrito de Lavras Novas	Espaço de vivência, Espaço de turismo	Espaço de vivência	Espaço de atração de turistas. Espaço de fuga dos grandes centros	Espaço de tranquilidade e beleza naturais Espaço de fuga das cidades.	Espaço de belezas naturais, fonte de geração de emprego e renda para o turismo	Espaço de vivência. Espaço de religiosidade	Espaço de vivência
Infra estrutura local	Ruim, mas tem havido melhorias	Ruim, mas tem havido melhorias	Ruim, prejudica o turismo	Ruim, mas não incomoda	Tem havido investimentos e melhoramentos	Ruim, mas tem havido melhorias	Ruim, mas tem havido melhorias
Natureza	Muito se aproxima de Lavras Novas	Muito se aproxima de Lavras Novas	Atração de turistas, paz, tranquilidade	Paz, tranquilidade, oposto à cidade	Espaço de atração de turismo	Muito se aproxima de Lavras Novas	Muito se aproxima de Lavras Novas
Turismo	Necessário para a sobrevivência no distrito	Necessário para a sobrevivência no distrito	Atividade geradora de renda. Des-canso.	Contato com a natureza, mudança de meio social	Atividade geradora de emprego e renda.	Necessário para a sobrevivência no distrito	Necessário para a sobrevivência no distrito
Problemas ambientais	Existem, mas não são graves. Preferem se calar em "defesa" do turismo.	Existem, mas não são graves. Preferem se calar em "defesa" do turismo.	Existem, são graves, denúncias em defesa do turismo. Existem, não afetam o turismo.	Não observam graves problemas ambientais	Existem como reflexo do turismo, mas tem havido iniciativas de controle.	Existem, mas não são graves. Preferem se calar em "defesa" do turismo	Identificam contaminação de nascentes por esgoto. Denúncias, buscam solução
Empresários (ramo hoteleiro e alimentação)	Autoritários, controlam o distrito.	Autoritários, senhores feudais.	Competição	Prestadores de serviços	Falta consciência de classe. Empreendedores.	Não participam da vida em comunidade. Somente querem o lucro.	Autoritários, desca-so com o distrito. Desmandos.
População local	Bem integrada, se apoiam entre si; receptiva, acolhedora	Bem integrada, se apoiam entre si; receptiva, acolhedora	Cabeça dura, não aceitam opinião. Não cuidam do distrito	Pessoas agradáveis; não há contanto direito	População receptiva, acolhedora	Bem integrada, se apoiam entre si; receptiva, acolhedora	Bem integrada, se apoiam entre si; receptiva, acolhedora
Turistas	Necessários para o turismo.	Não desejados, põem necessários	Consumidores de produtos e serviços	Calmos, buscam tranquilidade	Fonte de recursos para Lavras Novas	Não se preocupam com a comunidade, buscam tranquilidade	Necessários para a sobrevivência em Lavras Novas
Poder público	Descaso, descuido	Descaso, descuido	Descaso, descuido	Não tinham informações a respeito	Apoiou Lavras Novas na exploração da atividade	Descaso, descuido	Descaso, descuido

Fonte: elaboração própria, 2013.

Por meio dessa tabela, não se pretende categorizar as pessoas, nem criar “gavetas” para colocá-las. Sabe-se que entre um grupo e outro sempre existirão aqueles que transitam entre um interesse e outro. O que se objetivou, portanto, é a indicação de um conjunto de representações que apontam para ideais distintos, anseios e interesses diversos na busca pelo distrito entre grupos sociais diversificados. O entendimento da pluralidade das representações sociais, sobretudo em relação à natureza e ao ambiente, se torna fundamental para que seja possível entender as relações de poder em jogo no campo. Nesse processo, entender o “outro” se torna essencial para construir medidas que favoreçam o diálogo entre os atores e seus diferentes projetos de uso e significação do espaço. O entendimento da organização territorial, portanto, é um ponto importante porque nos possibilita uma visão não somente das questões objetivas que estão envoltas nas tensões, como também a subjetividade daqueles que nelas estão envolvidos.

Considerações finais

Os levantamentos apontaram que a grande maioria dos entrevistados, sejam eles moradores nativos ou “de fora”, é a favor da manutenção da atividade turística no distrito. Existe uma consciência coletiva que entende a importância da atividade para a geração de emprego e renda para quem vive no distrito. No entanto, como era de se esperar, as representações sociais quanto à atividade turística diferiram entre os grupos, dado um conjunto de diferentes expectativas por parte de cada grupo quanto ao objetivo da exploração do turismo em Lavras Novas. Interesses distintos orientando a espacialização da atividade vêm causando certo desgaste nas relações entre os grupos, principalmente porque nem todos possuem o conhecimento necessário para participar e explorar a atividade econômica e ter bons resultados financeiros. Os atores mais beneficiados pelo turismo são pessoas que não pertencem ao lugar, já que oferecem uma infraestrutura mais sofisticada materializada, por exemplo, em luxuosas pousadas que contam com os mais variados serviços, em restaurantes que combinam o ambiente rústico com pratos sofisticados, em opções de lazer diferenciadas, como os passeios de quadriciclos. Os moradores nativos do distrito acabam não conseguindo acompanhar os “de fora” no ritmo de exploração da atividade, por meio de um caro incremento nos serviços fornecidos. Em consequência, tornam-se, frequentemente, funcionários dos estabelecimentos empreendidos pelos “de fora”. Assim, o entendimento da situação vivida em Lavras Novas permite uma conclusão importante quanto à análise do turismo enquanto política pública geradora de emprego e renda para o meio rural. De acordo com a realidade verificada em campo, pode-se perceber que a atividade, tal como vem sendo implementada, contribui para a concentração de renda nas mãos de um grupo social que já é detentor de um expressivo capital econômico. Em Lavras Novas, os donos dos meios de hospedagem, por exemplo, já possuem pousadas em outras cidades ou mesmo são grandes industriais em centros urbanos.

Outra contradição se revela no surgimento de problemas ambientais que colocam em cheque a base econômica do turismo como atividade sustentável, devido a pressões sobre as belezas naturais, através da produção de lixo, poluição da água, poluição sonora, entre outros danos. Como não há uma resposta adequada do lado da prefeitura, estas relações contraditórias acabam por revelar potenciais de conflitos latentes entre os grupos que exploram a atividade turística no distrito de Lavras Novas.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. Apresentação. In: *A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Sócio-Ambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ALMASSY JUNIOR, A. A. *Análise das características etnobotânicas e etnofarmacológicas de plantas medicinais na comunidade de Lavras Novas, Ouro Preto/MG*. Tese de doutorado. Viçosa/MG. UFV. 2004. xiv. 132f. il 29cm.
- ALMEIDA JR.; HÖEFFEL, J. L. de M.; QUEDA, O. *A propriedade rural como símbolo*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 296-331.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Cadernos e Manuais de Segmentação*. Marcos conceituais. Brasília: MTUR/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, s/d.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo: 2003-2007*. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Redes Temáticas de ATER*. Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2007.
- CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo et al. (org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25-37.
- CHARTIER, R. A. *História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 245p.
- CHAVES, F. N. *As festas populares e o contexto midiático: Lavras Novas e o futuro de sua identidade cultural*, 2004.
- CORDEIRO, E. D. *O Turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto: o novo distrito de Lavras Novas*. Cultur - Revista de Cultura e Turismo. Ano 2, n. 2, jul., 2008.
- JODELET, D. *As representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.
- MOSCOVICI, S. *Das representações sociais às representações coletivas*. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, Vol. 16, Nº 44, p. 83-100, 2001.
- SOARES, M. D. O. *As contradições do Turismo no Espaço Rural: vida, trabalho, renda e exclusão*. Tese de Doutorado. Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- VIÈGAS, R. N. *Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, UFPR, n. 19, p. 145-157, jan./jun. 2009.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação*. In: ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ZHOURI, A. Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. In: *Série Documenta EICOS, Comunidades, Meio Ambiente, Desenvolvimento*, nº 17, 2007. Disponível em: <http://www.psico.ufpr.br/pos_eicos/pos_eicos/arq_anexos/revsdocum/docum17.htm#>.